

Antes mesmo de a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, embarcar para Montreal, no Canadá, onde participa da reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), já começam os "lobbies" que sempre cercam as negociações com os bancos internacionais. Na última quinta-feira, por exemplo, o vice-presidente sênior do Bankers Trust Co., Lawrence J. Brainard, que participou em São Paulo de um seminário sobre a inserção do Brasil na economia dos anos 90, deu insólitas declarações que fazem prever como serão duras as conversações com os banqueiros privados. "Não há nada que o Brasil possa fazer para nos machucar", disse ele a este jornal, "mas existe muita coisa que nós podemos fazer para machucar vocês."

Brainard, que é chefe da Assessoria Econômica do Comitê de Bancos, classificou como "inconsistente" a premissa do governo Collor de Mello de que o Brasil não pretende renunciar ao crescimento econômico por causa de encargos sobre a dívida, embora não renegue, de forma alguma, os compromissos assumidos. No entender do economista americano, qualquer negociação só pode ser conduzida

dentro da moldura do acordo feito com a Venezuela ou com o México. Fugir desse esquema seria inaceitável, a crer em suas afirmativas, para a comunidade financeira internacional.

Vê-se que Brainard está desafinado, tanto com a realidade brasileira — embora, segundo informou, ele tenha participado da tradução para o inglês das medidas tomadas em 16 de março — quanto com o que está ocorrendo em seu próprio país. No mesmo seminário, Lee Price, da Comissão Econômica do Congresso dos Estados Unidos, apresentou uma visão totalmente diferente do pensamento convencional que ainda domina os bancos internacionais.

Price acentuou que as companhias multinacionais que operam no Brasil não têm interesse em obrigar o País a pagamentos heróicos da dívida, levando-o a uma recessão prolongada, que prejudicaria os seus negócios. E mais ainda: ele lembrou que, no âmbito do Congresso dos EUA, a postura agressiva dos

Postura insólita

Diretora

bancos não encontra mais ressonância, mesmo porque as instituições já constituíram — inclusive o Bankers Trust — reservas suficientes para eventuais inadimplências. E, tanto no governo como entre a sociedade americana, reconhece-se que os países devedores já fizeram sacrifícios excessivos para pagamento do serviço de sua dívida.

O Brasil, por exemplo, fez, no período de 1980 a 1988, transferências líquidas de recursos ao exterior no total de nada menos do que US\$ 104,6 bilhões. O total aumentará consideravelmente se, além de somadas as remessas oficiais em 1989, forem computados os valores dos capitais que se evadiram do País, principalmente nos últimos três anos.

É prova, portanto, de absoluta insensibilidade afirmar, como têm feito altos funcionários internacionais, que o País não sofreu privações comparáveis às de outros países devedores. Os números oficiais dão conta de que, na última década, o Brasil, diferentemente de

outros países que apresentaram, de forma constante, taxas negativas de crescimento, exibiu uma elevação média anual de 0,7% do produto real, o que é uma taxa baixíssima, considerando-se que o aumento demográfico, durante o período, apesar de ter caído, ainda é superior a 2% por ano.

Está, portanto, com absoluta razão o governo Collor em não admitir remessas a título de juros superiores a uma determinada percentagem do PIB, ainda não revelada publicamente (a ministra Zélia mencionou um teto para transferências de US\$ 5 bilhões por ano, mas o fez durante a campanha). De qualquer forma, "lobbies" não vão adiantar para que as negociações deixem de ser conduzidas de forma vigorosa também da parte brasileira.

Como já afirmamos, ninguém deseja um confronto. Mas um governo que acaba de colocar em prática um dos mais contundentes programas de estabilização interna de todo o mundo não pode concluir uma negociação externa que amarre o Brasil a compromissos que só podem ser cumpridos se for imposto um entrave a longo prazo a seu processo de desenvolvimento.